

RELATORIA #2

Título da mesa/painel: Conferência Magna

Data: Rio de Janeiro, 22 de julho de 2024, 10h-12h

Local: Auditório do BNDES – Av. República do Chile, 100, Centro

Participantes

Denise Ferreira da Silva, Professora da Cadeira Samuel Rudin em Humanidades e co-diretora do Critical Racial and AntiColonial Study Co-Laboratory, New York University

Mariana Mazzucato, Instituto para Inovação e Propósito Público - IIPP/UCL

Moderador/Mediador

Thais Bilenky

Resumo da mesa

Conferência Magna sobre o futuro do Estado a partir de um olhar filosófico e econômico.

Relatoria Geral

Denise Ferreira da Silva (NY University)

- É preciso partir do pensamento crítico sobre as noções e sobretudo dos adjetivos imputados nelas [deep transition, interconnected changes and transformative society] para reflexão. Interpretou isso como um convite para concluir que geralmente não participamos desse debate porque a urgência de tomar medidas não dá tempo para perguntar por que e como.
- O que é necessário para elaborar políticas que mudem radicalmente a forma de implementá-las e pensá-las? Seria essa transformação profunda para suportar o Estado?
- Nos últimos duzentos anos, vimos o surgimento e a consolidação de duas versões da autoridade política legal: o Estado-nação, que surge na última

parte do século XIX, como parte da constituição de um sistema internacional. Esse composto ético e jurídico, que enfatizava a autodeterminação, constituiria a forma adequada de qualquer entidade capitalista liberal viável ao longo do século XX, com todas as complicações que surgiram quando as antigas colônias se tornaram independentes na segunda metade do século.

- Desde o início da década de 1990, temos acompanhado a formação de outra versão, que chamarei aqui de Estado global, que acontece no processo de constituição de um sistema global (como acho que seria o nome aceitável). Ele tem dois componentes. Uma estrutura econômica jurídica que entraria em pleno vigor na década de 1990, com a instituição da OMC, há quase 30 anos, em janeiro de 1995. E uma estrutura jurídica e ética também foi montada a partir da década de 1990, começando com a Conferência do Rio em 1992, a Conferência de Direitos Humanos de Viena em 1993, a Conferência da CIPD no Cairo em 1994, a Conferência das Mulheres em Pequim em 1995, um ciclo que inclui a Durban 2001 (a Conferência Mundial sobre Racismo) e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007.
- Esse é de fato o "momento de transição", que já dura cerca de 30 anos. Sabemos pela história que tais transições geralmente duram muito tempo. A questão é se este é, de fato, um "momento de transição profunda", se não se trata de um ajuste no papel da autoridade jurídica, se ela mudará drasticamente e se essa mudança será no sentido de que sua tarefa será priorizar a saúde do sistema financeiro em detrimento da saúde do sistema social, por assim dizer.
- Embora o Estado seja uma construção formal, as tarefas para as quais foi criado o implica naquilo que geralmente é descrito como externo e interno - dentro ou fora de sua jurisdição -, mas que geralmente são considerados (porque foram teorizados como tal) como sendo de natureza diferente, ou estando além do escopo e, portanto, de alguma forma separados do Estado. Aqui, falarei sobre isso usando os nomes comuns; para o externo, usarei global, e o interno se refere ao que geralmente é chamado de social.
- A formação da estrutura jurídica-normativa da governança global que se colocou nos anos 1990 impactou diretamente no reconhecimento e políticas de garantia dos direitos das mulheres, das pessoas negras e das pessoas indígenas. No entanto, a questão mais constituinte do sistema colonial está relacionada ao papel do Estado na manutenção do sistema capitalista-colonial.
- É difícil de ignorar que o Estado moderno se fundou em dois eventos de total violência ao que se tornou o "mundo colonial" - escravidão negra e

expropriação de terras indígenas (acumulação primitiva). Houve um movimento de deslocamento (tráfico negreiro) e expropriação, violência das terras coloniais para produção da "Europa moderna". Como o Estado está implicado no sistema colonial há um desafio e uma contradição interna na sua capacidade de pensar um futuro para além disso. Proposta de uma complexificação da imagem do patriarca (chefe de família), no entanto, a escravidão e colonização provam que este "homem branco universal" era violento, esturador e apropriador de terras. Aqui, descreve-se as condições do sistema global - a formação de colônias - mas no contexto do G20 é preciso pensar as formações de economias "periféricas" que não são convidadas para participar desse grupo [das 20 economias mais ricas do mundo]. Há uma manutenção da expressão da opressão e do sistema colonial-racista-violador e de subjugação de pessoas.

- A criação do G20 se deu em 1999 com o objetivo de prever novas crises econômicas. Os documentos oficiais não mencionam as figuras sociais e econômicas que causaram tais crises (como as de petróleo nos anos 70 e 80 de 2008). Referência às vítimas dessas crises como mulheres que compraram suas casas e foram expulsas - nos EUA são mulheres negras, indígenas, latinas que exercem o trabalho do cuidado de seus filhos e idosos e que ainda devem prover pela sua família sozinhas. Os financiamentos de *subprime* [que não possuem garantia de ativos] geraram que as hipotecas fossem "apostadas" no sistema financeiro - essas mulheres perderam as casas e também seus empregos frente à crise generalizada. Como as decisões são informadas pela construção de sujeitos morais - as mulheres eram vistas como má pagadoras e foram inseridas em um ciclo de "bad loans".
- O G20 não menciona essa mulher - uma agente financeira que se comporta de uma forma de risco. Ela não é considerada financeiramente, apenas como um sujeito social após a crise, uma "vítima", "atingida". A estrutura - e o contexto - que a circunda enquanto ser social também não é considerado [o racismo, machismo, classe social etc.]. O que prevaleceu foi a indiferença e o silêncio em relação a sua existência, mas esta foi instrumentalizada enquanto uma "má pagadora", uma "má pessoa" - há uma moralidade que se estrutura em relação a esse grupo social, que foi induzido a se endividar e que sofreu desproporcionalmente o impacto da crise.
- O Estado permanece no papel de manejar uma possível "crise social" para garantir o funcionamento do mercado e do sistema capitalista. A função deste se dá com uma alienação de sua participação no estado de desigualdades e carências. O G20 é composto por antigas colônias (EUA, Mex, Brasil) e antigos impérios que lucraram com a colonização e escravidão.

- O Estado precisa ir mais profundamente em estratégias de desenvolvimento que repare e responda à histórica [e contínua] violência e violações do sistema colonial-patriarcal-racista-capitalista. Precisa-se de transformações profundas que precisam se manifestar a partir de uma dimensão ética. As políticas públicas e instituições necessitam enfrentar o desafio de que suas bases foram construídas nas violências supracitadas - as que herdou e as que cometeu. É preciso sempre se questionar por que essas políticas não são outras, como são implementadas e a quem beneficiam?
- O princípio da igualdade, especialmente como igualdade de oportunidades, foi mobilizado por meio do princípio da não discriminação, que é, por si só, à prova de falhas. Qualquer medida para promover a igualdade substantiva, além da proteção igualitária da lei, exigirá que alguns (aqueles em posições desiguais) sejam tratados de forma diferente. Isso, é claro, pode ser usado como prova de discriminação por aqueles que não se beneficiam da medida. Portanto, como vimos em relação à ação afirmativa nos Estados Unidos, quando o caso de discriminação é aceito ou quando um argumento que se sobrepõe à lei, como um interesse estatal convincente, não é aceito, como aconteceu na última decisão, o caso da igualdade desmorona. A igualdade é um ótimo princípio, mas é articulada por um princípio negativo, que é o da não discriminação. O que acontece com os princípios negativos é que eles estão vinculados a um princípio positivo. A não discriminação está ligada à liberdade, porque ser tratado de forma diferente dos outros, ser discriminado, interfere no exercício da liberdade, porque se trata de ter direitos negados (que é a forma jurídica da liberdade), ser discriminado interfere no exercício da liberdade dos outros (ou seja, negando-lhes direitos). Ou seja, só funciona para aqueles que são tratados como sujeito político abstrato, universal e propriamente liberal, o que, sob a matriz racial cisheteropatriarcal colonial predominante, inclui apenas aqueles considerados brancos, homens e heterossexuais. Precisamos de um princípio negativo que, assim como a não discriminação, possa trazer a igualdade para a terra, mas sem uma segurança contra falhas.
- É impossível restaurar exatamente os modos de vida tradicional antes da colonização e escravidão, sem o papel violento e capitalista do Estado. Há uma possibilidade de pensar "o que poderia ter sido sem o que foi". As impossibilidades de reparar a questão ética é uma responsabilidade jurídica, que recai sobre o Estado e as organizações internacionais.
- Um pedido de descolonização, ou a devolução do valor total expropriado do trabalho escravo e extraído da terra indígena, sob condições de violência total. Ou seja: o apelo político à descolonização e a demanda ética por reparação

são inseparáveis, o que significa que a obrigação é inescapável: restaurar o que teria sido o modo comum ou ordinário de todo e qualquer indígena e negro singular e de seus territórios se a subjugação colonial e racial e a devastação ecológica não tivessem ocorrido e se o Estado não tivesse sido, ao longo de tantos séculos, tão perspicaz em atender às necessidades do capital.

- Entretanto, a força da demanda ética não reside na necessidade, mas na impossibilidade. Não há como reconstruir o que teria sido porque não há como deixar de acontecer o que aconteceu. A impossibilidade de consertar o que teria sido deveria ser a base para as decisões, o projeto e a implementação de tudo o que for necessário para lidar com a subjugação racial e colonial e a degradação ecológica, de modo a permitir a melhor existência possível para todos e para tudo neste planeta.
- A im/possibilidade de cumprir o mandato ético, a reparação, é uma responsabilidade jurídica e, como tal, agora recai não apenas sobre os Estados, mas também sobre as entidades globais sob as quais eles se reúnem. Essa impossibilidade deve guiar tudo o que se supõe ser compreendido pela frase programa ético global, um programa de reparação, que sempre ficará aquém de seu cumprimento, o que significa que também seria a razão para continuar e prosseguir, até que o único objetivo político seja lutar pelo cumprimento.

Mariana Mazzucato (IIPP/UCL) - Rethinking the state: dynamic capabilities and mission orientation

- A palavra "Estados" é parte do problema de como este é concebido tal como de sua atuação, porque parece estático (uma noção de "estado das coisas"). O Estado implicado na crise atual não pode ser estático: é preciso desconstruir para construir. É preciso compreender a raiz do problema, e parte disso é de que há uma tendência de acomodação sobre o que sabemos sobre o Estado e qual seu papel. O baixo investimento de negócios é uma problemática a ser endereçada. O Brasil é um capitalismo sem capitalistas.
- É importante desconstruir as palavras em economia, como se fossem neutras, como "parceria" ou "ecossistema". As projeções preveem que o aquecimento global irá superar 3 graus, levando a perdas macroeconômicas de mais de 18% do PIB mundial até 2050 e 20% até 2100.
- Por que estamos tão atrás de crise em crise (as quais são interconectadas)? Temos olhado e reagido às crises de modo reativo. O modo como desenhamos nossos Estados está ligado a isso. A economia é um resultado das relações

entre Estado, sociedade civil e sindicatos. Temos economias problemáticas, que produzem crises consecutivas. No conhecimento tradicional da economia, para justificar qualquer intervenção, é preciso identificar falhas de mercado. Ou seja, estados são desenhados para pensar problemas, a partir de falhas. Como resultado, o vocabulário em torno disso é negativo/reactivo (derisking, não compartilhar riscos).

- É preciso partir do treinamento de profissionais do Estado. Quando o Estado é grande, há olhar negativo, em lugar de perguntas e provocações que o tornem mais dinâmico; as soluções são de "menos estado" e não de melhora/dinamismo.
- As conferências são um como resultado, tratam de temas das crises (fome, pobreza, desigualdade). Esse contexto faz pensar que o único problema é que não dinheiro o suficiente (mas há muito dinheiro circulando, financiamento suficiente, é preciso pensar em como direcioná-lo para os lugares certos)
- Agenda do G20 em 2024 sob a presidência do Brasil: 1) Combate a pobreza e desigualdades; 2) Três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental); 3) Reforma da Governança Global. A Covid 19 não deixou como legado melhores sistemas de saúde e produção de vacinas Muito foi desperdiçado no sistema, com lucros não sendo reinvestidos (em vacinas, inteligência artificial etc.)
- Os investimentos coletivos do nosso sistema não voltam para o sistema, geram lucros, há uma tendência de extrativismo do sistema. No que se refere a evasão fiscal é preciso um sistema de taxaçaõ global, o *tax system* pode ajudar a incentivar o reinvestimento. É preciso recriar o Estado como empreendedor, dinâmico, simbiótico (não parasítico) com business e outros atores. A noção de arrumar as falhas de mercado tem sido o principal motivo pelo qual o financiamento não tem ido para a direção correta.
- Não se trata exclusivamente da quantidade de finanças, mas sobretudo da qualidade - tem a ver com quantidade (espaço fiscal foi reduzido, por exemplo, com a Covid-19, perda de renda etc), mas isso foi usado como uma desculpa global para retomada de políticas de austeridade O tecido social começa a se romper em decorrência das políticas de austeridade e não pode ser sacrificado em ações econômicas de corte de gastos. É preciso de um Estado melhor, mais dinâmico e mais *accountable* sobre como ele funciona A menos que haja desconstrução e reconstrução das instituições públicas, apenas estabelecer objetivos em conferências periódicas (como o G20), não será o

suficiente. A agenda de transformação no Brasil precisa do debate sobre como tanto quanto o que: *outcomes orientation* das compras públicas.

- É preciso redesenhar as ferramentas de Estados (compras públicas, empréstimos, etc.). O plano Ecológico de transformação é um exemplo importante de *mission-oriented*. O que significa colocar os objetivos no centro e repensar os instrumentos no nível do desenho de política? Como redesenhar as políticas para serem goal oriented, levando todos os setores para o mesmo objetivo? A situação de bancos públicos, como o da Itália, demonstra a atuação de dar dinheiro para setores que estão com problema. É impossível dividir os riscos e os benefícios se continuarmos a pensar em conceitos como derisking.
- O cerne da questão é expandir capacidades de setores, não somente atuar no problema. É importante pensar quem "esta na mesa" para pensar as soluções; que elas não sejam uma proposta top down de tecnocratas Lembrando o papel de sindicatos e outros atores no desenvolvimento do mundo como conhecimentos; grupos indígenas, trabalhadores e outros não podem estar ausentes dessa decisão. As políticas não devem ser somente reativas "derisk", "facilitate"; "não teríamos chegado na Lua com esse tipo de política", nem desenvolvido uma série de áreas da vida. Quando o Estado é burocrático, não pensamos como reinventar o Estado por meio da educação, como o currículo.
- É preciso que os objetivos abstratos sejam transformados em *clear mission statements*. Ou seja, os ODS estão corretos, mas precisam ser colocados em termos de objetivos que podem ser transformados em perguntas de "sim" ou "não" para que sejam objetivos perseguidos, passíveis de execução. É preciso compartilhar os riscos, não fomentar o "derisk". Incentivos econômicos específicos são importantes, ao longo da história, mas foram; "no excess profit" clause estiveram nos esforços de desenvolvimento (preocupação com a renda).
- O que é ser ambicioso e corajoso em termos de transformação ecológica no Brasil? Quais são os objetivos mission oriented que podem nos levar a lidar com esse desafio maior? Os exemplos de "mission maps" na União Europeia, na CEPAL, em Barbados (caso da relação com setor de hospitalidade).
- Essa diretriz de missões orientação para resultados precisa estar no topo do governo e ser espalhada por toda a atuação, "all of government approach"; comunicação entre todos os ministérios, intersectorialidade. Exemplo: compra de alimentação na escola precisa ser orientada para o que essa comida precisa ser (nutritiva, boa, saudável); o cuidado tem que estar no centro do complexo econômico-industrial.

- É preciso financiar os ODS por meio de bancos públicos *mission oriented*.
- É possível ir além dos números e pensar como os bancos de desenvolvimento nacional devem incorporar os ODS e alinhar com o setor privado para ir na mesma direção. Participação e Co-criação são elementos chaves para solucionar isso. Exemplo de "participatory missions" in Camden (como colocar as missões para que em 2030 se alcance o objetivo).
- É difícil que se chegue a esses objetivos sem investimento no serviço público (é preciso investir no serviço público): não "terceirizar muito o cérebro"; é preciso boa capacidade de implementação para trabalhar bem as parcerias

Síntese

Diagnóstico/Principais desafios

- Invisibilização e apagamento do papel do Estado enquanto um produtor de violências coloniais-racistas em prol do desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista.
- Embora o Estado seja uma construção formal, as tarefas para as quais foi criado o implica naquilo que geralmente é descrito como externo e interno - dentro ou fora de sua jurisdição -, mas que geralmente são considerados (porque foram teorizados como tal) como sendo de natureza diferente, ou estando além do escopo e, portanto, de alguma forma separados do Estado.
- A palavra "Estados" é parte do problema de como este é concebido tal como de sua atuação, porque parece estático (uma noção de "estado das coisas").
- Há uma falta de orientação e objetivos para o destino dos financiamentos globais.
- Os investimentos coletivos do nosso sistema não voltam para o sistema, apenas geram lucros aos poucos, há uma tendência de extrativismo do sistema.
- O tecido social começa a se romper em decorrência das políticas de austeridade e não pode ser sacrificado em ações econômicas de corte de gastos.

Papel do Estado frente a esses desafios

- É preciso redesenhar novos instrumentos de solução para reinventar o Estado enquanto um ente flexível, dinâmico e sustentável para trabalhar em conjunto ao mercado e outros atores frente aos desafios do futuro. É preciso recriar o Estado como empreendedor, dinâmico, simbiótico (não parasítico), mais transparente e responsivo, com a integração de *business* e outros atores.
- O Estado deve ser protagonista da nova governança global e deve partir de uma abordagem orientada para objetivos claros e exequíveis.
- A im/possibilidade de cumprir o mandato ético, a reparação, é uma responsabilidade jurídica e, como tal, agora recai não apenas sobre os Estados, mas também sobre as entidades globais sob as quais eles se reúnem. Essa impossibilidade deve guiar tudo o que se supõe ser compreendido pela frase programa ético global, um programa de reparação, que sempre ficará aquém de seu cumprimento, o que significa que também seria a razão para continuar e prosseguir, até que o único objetivo político seja lutar pelo cumprimento.

Propostas

- Desconstruir e reconstruir as instituições públicas, pois apenas estabelecer objetivos e marcos normativos-jurídicos, não será o suficiente para endereçar os desafios do futuro no mundo.
- Reconhecimento e ações políticas, por meio de políticas públicas, de ações de reparação e restauração a povos tradicionais, pessoas negras e comunidades que foram expropriadas e violentadas pela colonização e escravidão tal como pelas estruturas que se mantiveram como bases no sistema colonial-capitalista-racista criado a partir destas.
- Reconhecimento dos grupos sociais não apenas como entes sociais mas como seres humanos complexos e agentes históricos que sofreram violências e violações não reparadas cujo ator principal em sua reprodução foi o Estado.
- Garantir a participação dos grupos excluídos historicamente na estruturação da estrutura financeira e do sistema financeiro-econômico.
- Financiar dos ODS por meio de bancos públicos que incorporem a lógica de orientação para missões

- Investir no serviço público e na composição da burocracia estatal e da gestão do conhecimento criativo.
- Estruturar um sistema de taxação global para redirecionar os investimentos.
- É preciso que os objetivos abstratos sejam transformados em *clear mission statements*.